



Da pandemia ao pandemônio? Sistemas agroalimentares, coronavírus e Sistema Único de Saúde

From pandemic to pandemonium? Agrifood systems, coronavirus and Unified Health System

Leonardo Carnut*

 <https://orcid.org/0000-0001-6415-6977>

Áquilas Mendes**

 <https://orcid.org/0000-0002-5632-4333>

Lúcia Dias da Silva Guerra***

 <https://orcid.org/0000-0003-0093-2687>

Resumo: Discute o papel dos sistemas agroalimentares na conformação da pandemia do novo coronavírus como parte integrante da totalidade da crise capitalista e sua implicação na área da saúde na conjuntura do capitalismo brasileiro, em que se assiste à ascensão de políticas ultraneoliberais e neofascistas pelo governo Bolsonaro. A primeira parte discute a problemática dos sistemas agroalimentares no contexto do capitalismo em crise e seus efeitos na propagação de doenças como o coronavírus. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os constrangimentos do agronegócio e da indústria alimentar no mundo, bem como sobre a dinâmica da crise contemporânea do capitalismo. A segunda parte discute o descaso do governo Bolsonaro com o enfrentamento da pandemia da COVID-19 e com o Sistema Único de Saúde. Foram utilizados dados do orçamento federal alocados para saúde e apresentadas possíveis fontes alternativas de financiamento para o SUS. O descaso do governo Bolsonaro com a saúde pública, em tempos de coronavírus, é significativo, com insuficiente alocação de recursos orçamentários e total ausência de proposição de medidas de refinanciamento do SUS.

Palavras-chave: Pandemias. Sistemas agroalimentares. Saúde pública. Capitalismo. Coronavírus.

Abstract: It discusses the role of agrifood systems in shaping the pandemic of the new coronavirus as an integral part of the capitalist crisis as a whole and its implication in the health conjuncture of Brazilian capitalism, in which the rise of ultra-neoliberal and neo-fascist policies by the Bolsonaro government is witnessed. The first part discusses the problem of agrifood systems in the context of capitalism in crisis and its effects on the spread

* Sociólogo. Doutor em Saúde Pública. Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS). Rua Pedro de Toledo, 859, Cep: 04039-032. São Paulo, SP. E-mail: leonardo.carnut@gmail.com

** Economista. Livre-Docente de Economia Política da Saúde. Professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP, São Paulo, Brasil), Av. Dr. Arnaldo, 715, Cep: 01246-904, São Paulo, SP e Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP, São Paulo, Brasil). Rua Monte Alegre, 984, Cep: 05014-901, São Paulo, SP. E-mail: aquilasmendes@gmail.com

*** Nutricionista. Doutora em Ciências. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade (USP, São Paulo, Brasil). Av. Dr. Arnaldo, 715, CEP: 01246-904, São Paulo, SP. E-mail: ludsguerra@gmail.com



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

of diseases such as coronavirus. A bibliographical research was carried out on the constraints of agribusiness and the food industry in the world, as well as on the dynamics of the contemporary crisis of capitalism. The second part discusses the Bolsonaro government's disregard for the fight against the COVID-19 pandemic and the Unified Health System. Data from the federal budget allocated to health were used and possible alternative sources of financing for the SUS were presented. The Bolsonaro government's neglect of public health, in times of coronavirus, is significant, with insufficient allocation of budget resources and a total absence of proposals for refinancing measures for the SUS.

Keywords: Pandemics. Agrifood systems. Public health. Capitalism. Coronavirus.

Submetido em: 3/9/2020. Revisado em: 16/2; 19/6; 28/6/2021. Aceito em: 24/8/2021.

Introdução

A paranomásia¹ “pandemia-pandemônio” tem sido frequentemente usada para expressar a situação que desgraçadamente se vive em função do novo coronavírus. Essa figura de linguagem, inclusive, tem sido utilizada para nomear livros e ganhar adeptos ao debate crítico sobre os efeitos que a pandemia tem gerado nas condições de vida e trabalho de praticamente todos os seres humanos do planeta. Embora, como *frase de efeito*, essa expressão tenha seu mérito, do ponto de vista dialético, ela apresenta problemas. Neste texto, tentamos problematizar que, se podemos usar essa expressão, devemos optar por “pandemônio-pandemia”, já que, na primeira forma, há uma inversão entre sujeito e predicado. Durante este artigo, vamos argumentar que foi o pandemônio capitalista (sujeito) que gerou a pandemia viral (predicado), e não o contrário, como alguns costumam insistir.

A vida das mulheres e homens do planeta, em geral, assim como das brasileiras e dos brasileiros, em particular, passa por tempos extremamente turbulentos. O Brasil, com 16 meses de COVID-19, ocupa o segundo lugar no mundo, logo após os Estados Unidos, com o maior número de mortes, sendo totalizando, até o momento, 512.735, de acordo com dados apurados em 28/06/2021, publicados diariamente sobre a Região das Américas pela Organização Pan-americana de Saúde (2021). Considera-se um número muito elevado, em relação ao baixo número de testes existentes, indicando que o crescimento de mortes permanecerá por mais tempo.

Nesse cenário, torna-se importante a indagação: que mundo é esse que estamos vivendo em que se acirram crises, evidenciando a barbárie do capitalismo e a saúde dos seus habitantes, principalmente no capitalismo dependente brasileiro? Ao tratar essa questão, muitos analistas procuram se referir (apenas) a uma crise sanitária de tamanha magnitude e escala não sentida há muitos anos. Já outros analistas argumentam que se trata de uma crise de longa duração do capitalismo (ROBERTS, 2016), que foi despontada desde o *crash* de 2007-2008 e seguiu se agravando até 2020, com sinais claros de uma recessão, acrescida pela crise sanitária do novo coronavírus. A rigor, o capitalismo vem experimentando uma crise de sobreacumulação e superprodução desde os anos 1970, que vem se arrastando por quase meio século. É através desta segunda argumentação que buscaremos, neste texto, entender a crise sanitária na totalidade da crise capitalista.

¹Refere-se a um recurso estilístico definido pela relação de sonoridade entre as palavras. Nessa figura de linguagem, é necessário usar palavras parônimas para produzir o efeito desejado. É preciso entender que as palavras parônimas se caracterizam por possuírem grafia e pronúncia semelhantes, porém, significados diferentes.

Pandemias ocorrem em um contexto social, político e econômico, que se imbricam com processos como a mutação de vírus, sua passagem de um hospedeiro para outro e seu impacto nos organismos vivos, destacadamente, provocado pelo processo de concentração de capital do agronegócio. Nesse sentido, a natureza da pandemia da COVID-19 não pode, portanto, ser compreendida sem se considerar o capitalismo em sua configuração atual. Uma pandemia nessa escala escancara e superintensifica os diversos problemas (como os de saúde e de alimentação) já existentes do capitalismo. De forma mais estrutural, expõe-se a contradição: defender lucros ou salvar vidas? Uma das indicações, em um ano e meio de pandemia, especialmente do governo Bolsonaro no Brasil, tem sido prioritariamente a de reforçar a primeira saída, liderada pelos que dominam e comandam o nosso capitalismo dependente.

Sob o discurso envernizado de ‘salvar a economia’, o governo Bolsonaro tem a intenção de expor a classe trabalhadora ao risco de contágio, dizimando parcela mais vulnerável dessa classe, povos originários (indígenas, quilombolas), também populações rurais e ribeirinhas, como um ‘abre alas’ para salvar, de forma desesperada, os interesses da burguesia em face da crise capitalista de longa duração. O seu descaso com a pandemia é flagrantemente revelado quando se observam os baixos recursos alocados para o enfrentamento do coronavírus. Durante o ano de 2020, o gasto no combate à pandemia foi baixo, correspondendo a apenas R\$ 37,6 bilhões (valores liquidados), sendo isso 30,4% do total do orçamento do Ministério da Saúde para 2020 (CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE, 2020).

A proposta orçamentária para 2021 do Ministério da Saúde, em plena continuidade e ascensão da pandemia, foi diminuída para o valor do piso federal calculado pela regra da Emenda Constitucional n. 95/2016 (suspensa durante o ano 2020), que congela o gasto público por 20 anos, correspondendo à saúde o valor do piso de 2017, atualizado somente pelo IPCA. Na prática, isso significa que, para 2021, o valor está R\$ 40 bilhões menor que o de 2020, não incluindo o último crédito extraordinário aberto de R\$ 20 bilhões para as vacinas nos últimos dias do ano (FUNCIA, 2021). Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde terá muito menos recursos que no ano de 2020 e nos anos anteriores para responder às necessidades de saúde da população, não restritas apenas ao enfrentamento da COVID-19. É nessa situação que o Conselho Nacional de Saúde aprovou que o valor mínimo para a saúde no orçamento de 2021 deveria ser de R\$ 168,7 bilhões, de acordo com a petição pública *O SUS merece mais em 2021*.

Na realidade, os últimos anos no Brasil, com as implicações da crise capitalista, em geral, e da crise política interna, em particular, têm sido muito duros para o conjunto da classe trabalhadora, em virtude de um processo intenso de destruição dos direitos sociais, entre eles, o direito à saúde. Especialmente a partir do golpe institucional de 2016, assiste-se a penosas contrarreformas introduzidas pelos governos sendo intensificadas pela ascensão de Bolsonaro ao poder e suas práticas neofascistizantes².

²Mesmo reconhecendo o limite tênue entre o ‘conservadorismo’ e as ‘práticas neofascistizantes’, alguns desses limites são identificados pelos pesquisadores que se dedicam ao tema. Carnut (2020), ao compilar o conjunto das ações sociais que se configuram como ‘práticas neofascistizantes’, alerta que apenas o *amalgama* delas no seio social é que pode ser considerado um indicativo de neofascismo. Para o autor, são: atitudes sociais de caráter antidemocrático no discurso/prática, mesmo que não se negue a democracia enquanto procedimento; o uso de figura/liderança carismático-populista; as readaptações ou reinterpretções das políticas fascistas tradicionais às novas circunstâncias; os sistemas eleitorais unipartidários; o emprego da violência (simbólica/psicológica/física); a expressão social, através de uma visão autoritária e discriminatória de

Assim, o objetivo deste artigo é discutir o papel dos sistemas agroalimentares na conformação da pandemia de coronavírus como parte integrante da totalidade da crise capitalista e sua implicação na área da saúde do capitalismo brasileiro, em que se assiste à ascensão de políticas ultraneoliberais e neofascistas pelo governo Bolsonaro.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira parte discute a problemática dos sistemas agroalimentares no contexto do capitalismo em crise e seus efeitos na propagação de doenças como o coronavírus. Para tanto, é realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os constrangimentos do agronegócio e da indústria alimentar no mundo, por meio da especial contribuição do biólogo marxista Robert Wallace (2020a; 2020b), bem como sobre a dinâmica da crise contemporânea do capitalismo à luz da perspectiva marxiana, principalmente de Roberts (2016; [2020a]; [2020b]) e Callinicos (2014). A segunda parte discute o descaso do governo Bolsonaro com o enfrentamento da pandemia da COVID-19 e com o Sistema Único de Saúde. São utilizados dados do orçamento federal alocados para saúde e apresentadas possíveis fontes alternativas de financiamento para o SUS.

1 O caminho para o entendimento da COVID-19: capital, crise e os sistemas agroalimentares

O capitalismo tem evidente influência na alimentação humana, em especial, por meio do agronegócio e da expansão da indústria alimentar. A indústria de alimentos e a rede de distribuição/comercialização, tal como vêm se organizando desde o século XX, e a sua intensificação no século XXI, representam ameaças à soberania alimentar dos países, tornando necessária, cada vez mais, a luta por sistemas agroalimentares sustentáveis. A concentração do mercado de produção de sementes e o comércio de agrotóxicos têm impactado substancialmente o que se planta, cria e come, e, claro, seria impossível crer que não houve implicações na qualidade dos alimentos. A primeira implicação é que os sistemas agroalimentares são atingidos por uma lógica global de captura e homogeneização das diversidades alimentares presentes em cada cultura (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016).

O pensador crítico inglês Choonara (2020) assinala que o biólogo Robert Wallace, em seu livro *Big Farms Make Big Flu*, lançado em português como *Pandemia e Agronegócio* (WALLACE,

mundo, de descontentamentos legítimos que angaria adeptos; a canalização dos medos e das esperanças de certo grupo de pessoas para uma alternativa política que conduz ao aumento da discriminação; a condução política do executivo de uma espécie de um *nacionalismo pró-imperialista*; a radicalização da exploração de recursos humanos (através do gerencialismo atomizante) e dos recursos naturais (considerados como ‘bobeiras ecológicas’); salto qualitativo na dinâmica de exploração-opressão do capitalismo triturando liberdades democráticas, garantias sociais das classes baixas e identidades culturais; papel decisivo em uma pequena-burguesia atingida pela crise econômica, mas, também, das parcelas do proletariado e do subproletariado marginalizadas por essa mesma crise; a ausência de saídas progressistas confiáveis, o que propicia às classes depositarem em uma figura carismática (excêntrica) simpatia por soluções radicais; a busca da resolução dos conflitos por meio da guerra, especialmente através da ‘guerra cultural’, criticando os meios de comunicação de massa (mesmo que se utilize deles para disseminar suas ideias); o retorno dos escritos clássicos patrióticos/nacionalistas como fonte de informação; e fortalecimento das ‘Organizações Neofascistas’. Para mais detalhes e para verificar a relação entre essas ‘práticas neofascizantes’ e o governo Bolsonaro, ver Carnut (2020).

2020b), enfatiza o papel deste agronegócio, em grande escala, atuando na criação e na propagação de novas doenças. Isso porque monoculturas de animais domésticos, amontoadas em grande número, significam altas taxas de transmissão em ambientes de respostas imunes enfraquecidas. Wallace, em entrevista recente, afirma que:

O aumento da ocorrência de vírus está intimamente ligado à produção de alimentos e à lucratividade das empresas multinacionais. Qualquer pessoa que pretenda entender por que os vírus estão se tornando mais perigosos deve investigar o modelo industrial da agricultura e, mais especificamente, a produção pecuária (WALLACE, 2020a, p. 1).

Na realidade, o que esses autores estão afirmando é que não são apenas as fazendas industriais que geram novos patógenos, cada vez mais virulentos, mas também a ruptura mais ampla dos ecossistemas, a expansão da produção e transformação dos alimentos em *commodities* provocadas pela lógica do perverso capitalismo contemporâneo em crise, na busca de enfrentar suas taxas de lucro em declínio.

Ainda, como já descrito por Roberts em *The Long Depression* (ROBERTS, 2016), em momento da crise de longa depressão do capitalismo, principalmente a partir do *crash* de 2007-2008, que já vinha se arrastando desde a segunda década dos anos 1970, observa-se, por um lado, a queda da taxa de lucro do capital produtivo, tal como previsto pela lei tendencial de Marx (MARX, 2017), e, por outro, o crescimento exacerbado do capital fictício, ocupando o centro das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2016).

Marx nos orienta que a dinâmica do capitalismo sempre se desenvolve acumulando contradições, e que estas periodicamente levam a crises (MARX, 2013). Com base em Marx, Callinicos (2014) argumenta que é possível encontrar nos três volumes de *O capital* uma articulada e completa teoria da crise, apoiada numa concepção multidimensional das crises econômicas, sendo agrupadas em três categorias. A primeira diz respeito a fatores que *possibilitam* a erupção de crises decorrentes da troca de mercadorias, do moderno sistema de crédito de capitais e das condições de troca entre os dois principais departamentos de produção [bens de produção e bens de consumo]. A segunda categoria agrega fatores que *condicionam* o surgimento de desequilíbrios, resultantes das interações entre flutuações nas taxas de salários e no tamanho do exército industrial de reserva, em conjunto com a rotação do capital fixo. A terceira categoria está associada à *causalidade* das crises. Nesse sentido, é possível entender a argumentação de Marx a respeito da lei que expressa o conflito entre as forças, as relações de produção e a forma mais fetichizada do capital, ou seja, a lei da tendência de queda da taxa de lucro e o ciclo de bolhas e o pânico do mercado financeiro.

Para nossa análise, priorizamos a terceira categoria de Callinicos, a *causal*, que também contempla a segunda tendência da acumulação capitalista nos últimos 40 anos: o aumento vertiginoso do capital fictício, tanto na forma de títulos públicos, de ações negociadas no mercado secundário ou de derivativos de todos os tipos. O crescimento dos ativos financeiros mundiais ocorreu de forma intensa nos anos 1990. Já em 2000, seu estoque era cerca de 112% maior do que em 1990. Em 2010, o aumento foi de 91,7% em relação a 2000, e, em 2014, alcançou um crescimento de 42% quando comparado a 2010, correspondendo à significativa cifra de 294 trilhões de dólares (sem inclusão dos derivativos) (NAKATANI; MARQUES, 2020).

É nesse contexto que a recuperação do lucro do capital produtivo e a alavancagem significativa do capital fictício, que eleva a pressão social a níveis preocupantes, têm demandado da classe dominante, particularmente no Brasil, políticas ultraneoliberais³. Ao mesmo tempo, percebe-se o avanço das forças sociais conservadoras (e muitas delas neofascistas⁴) na tentativa de reaquecer a acumulação, ‘animar’ as projeções de mercados e provocar o estreitamento democrático pelo lucro centralizado. Esse esforço em salvar o capital, hoje, não pode ocorrer, por exemplo, sem a intensivíssima exploração do meio ambiente, desequilibrando-o inexoravelmente.

Por isso, Wallace insiste em alertar que, ao surgirem novos surtos, governos e mídia se restringem a atuar e comentá-los como se fossem uma emergência separada (WALLACE, 2020a), descartando as causas estruturais que estão levando vários patógenos marginalizados a tornarem-se as mais novas ameaças aos seres humanos nesta época histórica, um após o outro, como, por exemplo, a SARS, a MERS, a gripe aviária (H5N), o H1N1, o Zika, o Ebola e, agora, a COVID-19.

Em que pese que exista uma explicação corrente de que a contaminação inicial da COVID-19 tem como hipótese mais provável a ocorrência por intermédio do consumo de carne silvestre (de pangolim), comida que integra as práticas e os hábitos alimentares da população de regiões da China, não foram esses efeitos que propiciaram a pandemia nos termos vivenciados. É pertinente lembrar que, mesmo esses surtos não são apenas resultados da má sorte, ou restritos a hábitos de culturas locais, mas de todos os elementos que estão ligados, direta ou indiretamente, às mudanças na produção ou no uso do solo, associadas à agricultura intensiva.

É nesse sentido que, por mais que se reafirme que a contaminação desses animais silvestres vivos e sua manipulação sejam o vetor, o que se deseja salientar é que o surto não ganharia proporções mundiais se, em sua origem, também não estivessem associadas as destruições ambientais e a grande circulação de mercadorias/alimentos e pessoas em um tempo e espaço

³O termo *ultraneoliberal* é uma categoria em desenvolvimento e que encontra justificativa empírica nos termos descritos por Boffo, Saad-Filho e Fine (2019) sobre o momento histórico compreendido como *virada autoritária* do neoliberalismo, intensificando as políticas de defesa do mercado, com ampliação da restrição de gastos públicos. Para esses autores, o neoliberalismo precisa do conservadorismo radical e do autoritarismo para torna-se ‘ultra’, já que as fases anteriores – *instalação* e *subjetivação* – do neoliberalismo não foram suficientes para superação da crise capitalista de longa duração vivenciada a partir do *crash* 2007/2008. No Brasil, os governos pós-golpe Temer e Bolsonaro instituíram a pauta econômica ultraneoliberal, encontrando legitimidade em um extremado conservadorismo reacionário, antidemocrático e intolerante com as demandas das (mal) ditas minorias sociais, conforme descrito por Mota e Rodrigues (2020). Um exemplo significativo dessa pauta econômica é a introdução da Emenda Constitucional n. 95/2016, que congelou o gasto público primário por 20 anos. Nessa perspectiva, Behring e Souza (2020) atribuem ao “ultraneoliberalismo” as contrarreformas implementadas nos últimos anos no Brasil, acrescidas dos ajustes fiscais permanentes.

⁴O neofascismo é uma categoria utilizada para abranger as dimensões do fenômeno fascista no decorrer de um século de história, permitindo apreender o fascismo do século XXI (MATTOS, 2020; CARNUT, 2020). Para Mattos (2020), é possível se referir à “[...] predominância da dimensão, ou componente, neofascista para definir o governo Bolsonaro” (MATTOS, 2020, p. 234). Para ele, é fundamental decompor as diversas dimensões do bolsonarismo como ideologia, dos movimentos coletivos que o apoiam e de sua organização política, bem como das práticas utilizadas no seu governo. Nessa perspectiva, a categoria neofascismo se aplica à realidade da política brasileira mais atual, com a presença de grupos e interesses compondo o governo Bolsonaro com a pauta econômica de destruição dos direitos trabalhistas e sociais e a transferência do fundo público e de serviços do Estado para o poder da acumulação privada.

curtos (resultados também provocados pelo processo de mundialização). Dando destaque às destruições ambientais, estas foram provocadas por monoculturas que, ao implementarem práticas hostis ao meio ambiente, por intermédio de desmatamentos e uso intensivo de venenos para plantações e remédios para a saúde de animais, possibilitam mutações em vírus já existentes, tornando-os mais resistentes.

Esse modo de produção foi impulsionado no período pós-guerra, a partir de 1950, em que o mundo vivenciava uma crise na produção de alimentos, que culminou, nas décadas de 1960 e 1970, na Revolução Verde, cujo objetivo era aumentar a produção associada ao uso de novas variedades genéticas e fortemente dependentes de insumos químicos. Tinha como modelo agrícola a monocultura de alimentos e, posteriormente, trouxe graves consequências ambientais, econômicas e sociais, como a redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos por agrotóxicos.

O Sars-CoV-2, o novo coronavírus, causador da pandemia de COVID-19 que tem atravessado o mundo, representa apenas uma das novas cepas de patógenos que subitamente surgiram como ameaças aos seres humanos neste século (como o vírus da peste suína africana, a *Campylobacter*, o *Cryptosporidium*, o *Cyclospora*, diversas novas variantes do influenza A etc.), fruto de diversas formas de manipulação do ambiente e das culturas locais, com impactos nos equilíbrios ecossistêmicos em grande escala (WALLACE, 2020b).

É pertinente enfatizar que a monocultura de capital intensivo – tanto a pecuária quanto a agricultura – impulsiona os desmatamentos e permite que os empreendimentos aumentem a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os de pecuária, e destes para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir para a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorridas sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global, que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo, podendo gerar pandemias como a que se vive hoje. Todas essas mudanças, já alertava Soledad Barruti (2013), implicam mudanças culturais importantes, que geram consequências ambientais, sociais, de saúde e, claro, gastronômicas.

O escopo dessa explicação diz muito sobre a maneira como precisamos reagir a tais novos patógenos. O Sars-CoV-2, ou quaisquer outros patógenos listados anteriormente, não deve ser abordado unicamente a partir de seu curso biológico de infecção ou de seu quadro clínico. Esses patógenos não devem ser tratados apenas de acordo com as mais recentes vacinas e outras profilaxias, por mais importantes que essas medidas sejam. As redes de relações ecossistêmicas que o capital e o poder estatal manipulam em proveito próprio foram fundamentais para o surgimento e a evolução dessas novas cepas. A grande variedade de patógenos – com seus diferentes táxons, hospedeiros de origem, modos de transmissão, cursos clínicos e resultados epidemiológicos – traça caminhos diversos que têm em comum as formas de uso do solo e de acumulação de valor espalhadas pelo mundo (WALLACE, 2020b).

É importante frisar que os circuitos locais de produção, mesmo com suas particularidades, operam por meio da mesma rede de expropriação global, com os impactos ambientais conhecidos desse fato. Em um extremo circuito de produção, a complexidade de florestas

primárias encerra patógenos *selvagens*. A exploração madeireira, a mineração, a agricultura intensiva dirigidas pelo capital simplificam drasticamente essa complexidade natural. Nessas *fronteiras neoliberais*, enquanto diversos patógenos morrem como resultado do desaparecimento de espécies de hospedeiros, um subconjunto de infecções que antes era interrompido de forma relativamente rápida nas florestas, mesmo que apenas em função da taxa irregular de hospedeiros típicos disponíveis, agora se propaga com maior amplitude entre populações suscetíveis (WALLACE, 2020b).

A vulnerabilidade das populações humanas às infecções propagadas por essa disseminação é exacerbada o tempo todo por programas de austeridade fiscal que afetam tanto o saneamento ambiental como a saúde pública. Mesmo diante de vacinas eficazes, os surtos emergidos são cada vez mais caracterizados por uma extensão geográfica maior, duração mais longa e força mais intensa. Ou seja, o que antes se encerrava numa escala local agora se torna, de repente, uma epidemia – algumas com capacidade de alcançar redes globais (WALLACE, 2020b).

Na linha de esclarecer como a COVID-19 surgiu e alcançou expressão mundial, o Sars-CoV-2 parece ter emergido através de semelhantes nichos mistos espalhados por circuitos regionais de produção. Espécimes de Sars não humanos foram isolados na grande região metropolitana de Hubei, província de Wuhan, onde o Sars-CoV-2 parece ter surgido já em 2004, em duas espécies de morcegos (o morcego-de-ferradura e o morcego-de-ferradura-grande) e em civetas reproduzidas em fazendas. Um trio de pesquisadores da Universidade de Wuhan realizou um estudo sobre segurança alimentar em uma cadeia produtiva de alimentos silvestres e descobriu que o sistema de logística é o elo mais débil dessa relação mercantil. Para que consigam preços mais competitivos no mercado, as empresas de venda de animais silvestres reduzem o custo logístico através da terceirização dessa atividade para operadoras menores, cujo controle de qualidade (em especial, a refrigeração) é duvidoso. Assim, como sugerem os pesquisadores, é provável que o Sars-CoV-2 tenha emergido (ou pelo menos tenha sido amplificado) nos alimentos silvestres comercializados no mercado de Wuhan, em animais capturados e/ou criados em outro lugar antes de serem enviados. Mas o determinante para epidemia, de fato, foi o comércio cada vez mais formalizado de alimentos silvestres (neste modelo de negócios anteriormente descrito), apoiado pela mesma ordem de capital de uma produção *industrial intensiva, quilométrica e petrodependente*, que induz o avanço geoeconômico para espaços além das fronteiras locais (WALLACE, 2020b; ESTEVE, 2017). Esteve (2017) explicita que é intensiva porque detém uma superexploração dos recursos naturais e da terra; industrial porque consiste em um modelo de produção mecanizada, com o uso regular de agrotóxicos e com uma aposta clara na monocultura; quilométrica e petrodependente porque é uma produção deslocalizada de mercadorias, em busca de mão de obra mais barata e legislação ambiental mais flexível.

O agronegócio e a indústria alimentar, por meio de seu projeto ultraneoliberal, organizam-se em torno de esforços de empresas sediadas nos países capitalistas industrializados mais avançados para saquear a terra, as matérias-primas, superexplorar o trabalho e os recursos naturais dos países periféricos e dependentes. Como resultado, muitos desses novos patógenos previamente controlados por ecologias florestais de longa evolução, ao terem os seus ecossistemas modificados drasticamente e de forma intensiva, estão sendo libertados, transformados e ameaçam a saúde do mundo inteiro.

Wallace é categórico ao argumentar que:

[...] o capital está liderando a apropriação de terras nas últimas florestas primárias e terras cultivadas por pequenos agricultores em todo o mundo. Esses investimentos impulsionam o desmatamento e o desenvolvimento que levam ao surgimento de doenças. A diversidade e complexidade funcional que essas enormes extensões de terra representam estão sendo aperfeiçoadas de tal maneira que patógenos previamente encaixotados estão se espalhando para o gado local e para as comunidades humanas (WALLACE, 2020a, p. 1).

É nesse contexto de expropriação das terras pelo capital ou, em outras palavras, no avanço do agronegócio e da indústria alimentar, e em seu processo de valorização, que devemos entender o nascimento da COVID-19. Dessa forma, trata-se de dizer que é no movimento do capital contemporâneo e suas implicações que devem residir nossos questionamentos e a indignação de todos.

A mundialização do capital, sob a dominância do capital fictício, compreendida como transformação do mundo em um espaço compartilhado mediante conexões globais na economia, na política, na tecnologia, nas comunicações e no direito, traz também uma crescente separação entre os produtos e a sua manufatura, e entre os serviços e a sua localização; além da produção de um aumento da permeabilidade das fronteiras e uma redução da influência dos instrumentos de política nacional (SHAH, 2001). Lucchese (2003) chama atenção para as consequências desse processo político e econômico desigual com relação à governabilidade nacional, e destaca os seus impactos na regulação sanitária, pois a internacionalização e a institucionalização globalizada da economia atingem diretamente a soberania e a democracia dos países de capitalismo periférico.

É pertinente lembrar que a noção de soberania alimentar vem sendo construída e difundida pelos movimentos sociais desde meados da década de 1990, com a principal motivação de responder à perda de capacidade dos Estados Nacionais de formularem suas políticas agrícolas e alimentares no contexto da progressiva internacionalização da economia (MENEZES, 2011), comandada pela supremacia do capital fictício, abrindo espaço para o avanço do *agribusiness* financeirizado. Por sua vez, torna-se importante fazermos o contraponto para essa dinâmica do capitalismo, definindo a soberania alimentar como:

[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança duradoura e sustentável para todos os povos". (DECLARACIÓN FINAL DEL FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, p. 4)

Contudo, o papel da soberania dos países dependentes parece mais com uma miragem do que uma possibilidade real. Nos países de capitalismo dependente, como no caso do Brasil, a situação socioeconômica da população é um aspecto importante que deve ser considerado para a concretização da soberania alimentar, pois, ainda que haja expansão, crescimento e desenvolvimento da economia e certa melhora nos indicadores sociais, as desigualdades

sociais e econômicas, étnico-raciais, de gênero e de acesso e disponibilidade aos alimentos permanecem como problemas estruturais a serem enfrentados (NUNNERY; DHAROD, 2017; HADDAD *et al.*, 2016; ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013).

Por sua vez, em cenários urbanos, a expressão da lógica capitalista de mercadorização da alimentação humana pode ser observada por meio do crescimento de ambientes alimentares prejudiciais à saúde (ambientes obesogênicos), principalmente do ponto de vista da comercialização, da publicidade e do consumo em sistemas alimentares pouco saudáveis (GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA, 2019). Esses ambientes são repletos de alimentos altamente industrializados/ultraprocessados (ricos em açúcar, sal, gordura) e com diversos aditivos químicos. Tudo isso apresentado com fácil acesso e baixo custo, com o expressivo emprego de estratégias de comunicação e publicidade que visam a atrair como público-alvo crianças e adolescentes para o consumo desses alimentos (INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE, 2016; MONTEIRO; CANNON, 2012; LOBSTEIN *et al.*, 2015). Os países em desenvolvimento e os considerados de capitalismo dependente já apontam os impactos que a mundialização financeira e a urbanização têm gerado na alimentação humana (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016), o que são sinais de violação do princípio da soberania alimentar.

Assiste-se a um crescimento do agronegócio enquanto fenômeno global, alimentando o consumo de carne em expansão no Sul Global. A dominação de empresas fortes mundialmente na produção industrial de aves e animais vem impondo aos agricultores locais que se integrem a empresas de processamento de frangos e suínos em larga escala. Na realidade, o agronegócio visa a dominar o mercado de alimentos. Como parte do projeto neoliberal, observa-se que as empresas sediadas nos países industrializados mais avançados visam a roubar terras e recursos dos países de capitalismo dependente (WALLACE, 2020a).

Assim, sob esse cenário é que devemos compreender a pandemia em curso e seu papel decisivo para fortalecer a argumentação das omissões criminosas dos Estados centrais e mesmo o dos países dependentes diante do falso dilema de ‘salvar a economia ou salvar vidas’. São os problemas criados pelo próprio capitalismo contemporâneo que levam à crise sanitária que o mundo experimenta. Por sua vez, uma indagação merece ser realizada: os países capitalistas centrais desconheciam essa situação e o perigo que ela significaria à saúde da população mundial?

Roberts (2020a) nos revela que, no começo de 2018, numa reunião na Organização Mundial da Saúde, em Genebra, um grupo de especialistas, por meio de um Relatório *Research & Development Blueprint* (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018), chamava a atenção para o termo *Doença X*, prevendo que a próxima pandemia seria causada por um novo patógeno desconhecido que não tinha ainda atingido a população do mundo. Essa “Doença X” seria decorrente de um vírus originário de animais e surgiria em algum lugar do planeta. O conhecimento sobre o que viria, sob a titulação de coronavírus, não parou por aí. Posteriormente, em setembro de 2019, a Organização das Nações Unidas publicou o relatório *Um mundo em Risco* (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019), alertando para a ameaça de uma pandemia que se espalharia pelo planeta, matando cerca de 80 milhões de pessoas, cifra similar ao resultado da II Guerra Mundial e podendo acabar com quase 5% da economia do planeta.

A contradição, nesse contexto, é que a maioria dos países, por meio de seus Estados nacionais, não dedicou a energia necessária e recursos em geral nem para seus sistemas de saúde em particular, refletindo o perfil perverso do contemporâneo capitalismo. Em nome da política ultraneoliberal, os países capitalistas centrais praticamente ignoraram o aviso para criar obstáculos aos efeitos desse possível desastre. Na verdade, o que eles fizeram foi: o alargamento de ajustes recessivos, aumentando cortes drásticos nos recursos do Estado Social em nome de ajudar os problemas da crise capitalista. Sob essa racionalidade, os governos ignoraram os insistentes avisos promovidos pela Organização Mundial da Saúde, buscando manter a máxima de que a economia capitalista precisaria ser salva dos efeitos deletérios da crise, sendo uma decisão de maior interesse do que salvar vidas humanas.

Como se sabe, há 12 anos estamos assistindo à crise econômica capitalista de longa duração e depressão (ROBERTS, 2020b). Nesses anos, as economias capitalistas vêm combinando baixo investimento com reduzido crescimento da produtividade, provocados, especialmente, pela queda da taxa de lucro dos setores produtivos, e um aumento gigantesco da especulação financeira (capital fictício), como resposta à essa situação. Presencia-se, década após década, uma diminuição da taxa média de crescimento anual do PIB global, passando de 5,4%, em 2010, para 3,5%, em 2015, diminuindo, ainda, para 2,9%, em 2019 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020). Os dados de projeção da Organisation for Economic Co-Operation and Development (OCDE) (2020) indicam que, de 2019 para 2020, permanece a retração nas principais economias capitalistas, passando, respectivamente, para 2,3% e 2% nos Estados Unidos, 0,6% e 0,4% na Alemanha, 1% e 0,6% no Japão, e 1,2% e 1,0% no Reino Unido. A China também aponta uma queda de seu PIB, passando nesses anos para 6,2% e 5,7%. Assim, a crise atual é de expressiva magnitude, e, muitas vezes, não vem sendo apresentada como tal pela classe dominante. Ao contrário, esta pretende camuflar a crise, referindo-se a ela apenas como crise do coronavírus. Por essa razão, é essencial demonstrar como a crise capitalista é a que está no centro da conjuntura e não a crise do coronavírus, isto é, esta última integra a totalidade da crise do capital.

Inclusive, no Brasil, essa desaceleração da economia tem se mostrado de forma contundente: são 6 anos de estagnação, sendo 2 deles de PIB negativo, 2014 (0,5%), 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%), seguidos dos decepcionantes resultados de 2017 (1,3%), 2018 (1,3%), 2019 (1,1%) (BOLETIM DEPE, 2020). A crise econômica capitalista tem impacto violento sobre a economia brasileira, revelando: uma crise social com a elevada taxa de desemprego de 12,2%, em 2019, isto é, 1 a cada 4 trabalhadores está desempregado; um gasto público irrisório, aprisionado pela Emenda Constitucional 95 (EC-95), medida que congela o gasto público por 20 anos, desde 2017; um crescimento vertiginoso de 9,5% da dívida pública em 2019, correspondendo a 56% do PIB, tendo realizado um pagamento com juros e encargos dessa dívida de R\$ 478,0 bilhões, isto é, quase 4 vezes a mais que o valor empenhado para ações e serviços públicos em saúde (R\$ 125,1 bilhões) (FUNCIA, 2020; AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2020). Desse modo, a crise atual é gravíssima e coloca a economia brasileira à deriva, sem um poder de comando responsável para conduzi-la. As contrarreformas do governo Bolsonaro só têm feito agravá-la e maquiá-la como sendo uma crise provocada pelo coronavírus. Na realidade, poderíamos dizer que esse vírus expõe, ainda mais, a cruel face do capitalismo contemporâneo no capitalismo dependente brasileiro.

Tudo indica que uma nova recessão esteja ocorrendo no mundo e no Brasil. Para se ter uma ideia, o *Federal Reserve* dos EUA, para conter esse quadro, vem reduzindo, neste presente ano, as taxas de juros para quase zero. Não tendo sido adotada tal medida desde a crise de 2008-2009. Ao mesmo tempo, este país vem expandindo suas compras de títulos e oferecendo novos mecanismos financeiros para fornecer dólares a outros bancos centrais. A provisão de dólares em abundância para *lubrificar* o sistema financeiro global reflete os temores do tipo de crise de liquidez que se desenvolveu a partir de 2007 (CHOONARA, 2020). Desse modo, acredita-se que tudo isso indique que possa ser uma crise, pelo menos, em uma escala comparável à grande recessão de 2008-2009.

Valer frisar que o sistema mundial já estava extremamente 'doente' antes da chegada da COVID-19. As raízes disso, como já mencionado, estão em um longo período de depressão, desde o *crash* de 2007/2008, provocado, principalmente, por uma menor lucratividade dos setores produtivos e uma aceleração do capital fictício. A taxa de lucro nos Estados Unidos, no setor corporativo das empresas industriais e financeiras, reduziu-se para menos de 7% nos anos que se seguiram a 2007/2008 (MENDES; CARNUT, 2020). No Brasil, esse comportamento também é perceptível, tendo sua taxa de lucro no setor da produção declinado, entre 2003-2014, de 28% para 23% (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2017).

Choonara (2020) nos informa, ainda, nesse quadro de ascensão da crise atual, que no terceiro trimestre de 2019 a dívida global alcançou um patamar elevadíssimo de 322% do PIB mundial, cerca de US\$ 253 trilhões. Em outras palavras, podemos ter atingido os limites do período de crescimento estagnado que surgiu após 2008-2009.

Por sua vez, com o coronavírus, Roberts (2020b) chama atenção para o fato de que o quadro da crise atual pode piorar. Isso porque os bloqueios (isolamento social), em muitas economias, deverão proporcionar uma queda gigantesca na produção, em investimento, emprego e renda para a maioria delas. Segundo esse autor, a partir de dados da OCDE, o impacto do fechamento de negócios por alguns meses pode resultar em diminuições de 15% ou mais no nível de produção nas economias capitalistas avançadas e nas economias de países capitalistas dependentes, como o Brasil. Roberts é categórico em relatar esses dados, informando que, para cada mês de fechamento, haverá uma perda de 2 pontos percentuais no crescimento anual do PIB. Assim, nesta pandemia, se as principais economias ficarem fechadas por dois meses ou mais, é provável que o PIB global se contraia em 2020 mais do que na grande recessão de 2007-2008, que caiu cerca de 3,5% no período entre os meses de 2008 e a primeira metade de 2009.

No entanto, com a esperança de que os bloqueios sejam de curta duração, a classe dominante mundial e a brasileira, em particular, vêm priorizando salvar a quem? Ora, salvam o lucro, não as vidas. A partir de medidas que protejam as empresas capitalistas e os bancos, além de intensificarem a exploração da classe trabalhadora (especialmente da mulher negra e pobre, que se encontra nos empregos de menor renda), assiste-se no Brasil a um maior número de medidas relevantes para propostas de ampliação de linhas de crédito com subsídios para empréstimos a empresas em valores consideráveis. Por sua vez, a classe trabalhadora, que deveria ficar parada neste período, para ter sua vida preservada, tem visto seu socorro caminhar no sentido contrário, isto é, acirrando sua exploração, sua situação de fome e miséria e complexificando as opressões sobre o trabalho feminino, negro e periférico.

2 Enfrentamento à pandemia da COVID-19, Sistema Único de Saúde e Bolsonaro

Ao fazer uma leitura do sistema universal de saúde brasileiro para o enfrentamento do coronavírus, também é necessário resgatar a história e caracterizar os efeitos das políticas ultraneoliberais junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), antes mesmo da pandemia. Tudo inicia com o longo processo de subfinanciamento pelo qual o SUS passou de 1995 a 2016 (JUNQUEIRA; MENDES, 2018). Dados relacionados ao orçamento federal executado em 2019 (2,7 trilhões de reais) demonstram que 38,27% desse orçamento é gasto com juros e amortização da dívida pública, enquanto apenas 4,21% referem-se ao gasto geral em saúde (MENDES; CARNUT, 2020).

Se, antes mesmo da crise sanitária do coronavírus, o investimento em gasto público em saúde estivesse acontecendo sem as interdições realizadas em seu orçamento, os serviços públicos poderiam ter a chance de contar com maior capacidade instalada para o enfrentamento da pandemia. Contudo, quando a COVID-19 chegou oficialmente ao Brasil, com o primeiro caso confirmado em fevereiro de 2020, o SUS já se encontrava em um amplo processo de 32 anos de subfinanciamento proporcionado pela ordem neoliberal, acrescidos aos últimos 3 anos do seu franco desfinanciamento, com uma perda acumulada de R\$ 22,5 bilhões, por meio da vigência da Emenda Constitucional 95 (FUNCIA, 2020).

É importante ressaltar que medidas de refinanciamento do SUS por parte do governo Bolsonaro sequer foram pautas na arena política sobre o enfrentamento do coronavírus. Essas medidas se referem a: revogação da Emenda Constitucional 95 (EC-95); revogação do limite estabelecido pela LRF para gastos com pessoal na área da saúde; elevação do gasto público federal em saúde, passando de 1,7% do PIB para um patamar condizente com um sistema universal de saúde, referente a 4% do PIB (R\$ 298 bilhões); revogação da DRU (R\$ 120 bilhões, em 2018); extinção das Renúncias Fiscais em Saúde (R\$ 32 Bilhões) (MENDES; CARNUT, 2020). Até uma medida simples, como aquela relacionada à estatização dos leitos privados (que em alguns estados chega até 50% do total de leitos do sistema), em um primeiro momento, foi barrada no Congresso Nacional por uma ação conjunta entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Além dessas fontes, outras alternativas de financiamento do sistema que estão fora do setor saúde sequer foram pautadas institucionalmente, tais como: a Taxação de Grandes Fortunas (projeto de lei no Congresso), que, com uma alíquota de 1%/ano, poderia arrecadar R\$ 100 bilhões anualmente; a devolução da Verba do Fundo Eleitoral retirada da Saúde (R\$ 500 milhões); a restituição de 45% do valor do Seguro DPVAT (Seguro de Acidentes de Trânsito) ao SUS (aproximadamente R\$ 2 bilhões); a recondução para o planejamento do SUS dos recursos das Emendas parlamentares, dos quais, 50% são gastos de investimentos (R\$ 45 bilhões) que poderiam ser orientados ao enfrentamento hospitalar da pandemia (BAPTISTA *et al.*, 2012).

Em que pese o grave desfinanciamento do SUS, o governo ignora as soluções supracitadas, insistindo num discurso parcializado relacionado à gestão dos serviços. Ao ignorar a magnitude dos problemas de gestão, o governo desenvolve uma retórica fascista desses problemas, depositando nos indivíduos a capacidade de resolver a questão. Isso é perceptível quando o governo insiste na desqualificação pública dos ministros civis na condução da pasta

da saúde (justificando a necessidade de um militar – evocando metáforas da pandemia, em comparação a uma ‘guerra’) e na ausência de apoio aos trabalhadores de saúde, que se encontram na linha de frente, culpabilizando-os pela incapacidade de lidar com a demanda, mesmo quando não dispõem de insumos suficientes para assistência aos infectados.

O governo tem apostado na ultrapolarização do debate, e Bolsonaro tem esse perfil de radicalização à direita quando provocado. Não obstante, as frações burguesas têm se reposicionado no apoio às medidas governamentais na conjuntura da COVID-19, que podem ser sintetizadas por um núcleo de poder, claramente neofascista, constituído pela burguesia comercial e de serviços (“Movimento” Brasil 200), pela burguesia industrial (CNI, Fiesp) e pelo agronegócio (CNA, Faesc, Faep, Farsul, Faemg, Aprosoja-MT, Abrafrigo)⁵. Esse núcleo defende o isolamento vertical, é contra as proteções sociais e trabalhistas e acirra a contraposição entre os riscos da COVID-19 *versus* as perdas econômicas. A rigor, esse núcleo está em disputa com outro núcleo de poder, que é constituído pelas seguintes frações burguesas: o capital bancário nacional, a burguesia financeira associada, a indústria automotiva (Anfavea), as telecomunicações (SindiTeleBrasil), a indústria de alimentos e supermercados (ABIA, ABRAS, APAS) e os pequenos e médios produtores rurais (Faesp, Famato, Famasul, Faeg)⁶. Este último grupo defende o isolamento social como meio mais eficaz para a recuperação da economia (VALLE; DEL PASSO, 2020).

O descaso real do governo Bolsonaro com a saúde pública, em tempos de coronavírus, é tamanho que, paralelamente à insuficiente alocação de recursos orçamentários, em pleno início do isolamento social, foram liberados R\$ 10 bilhões para as empresas de Planos e Seguros privados de Saúde, provenientes de um fundo garantidor, vinculado à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), composto por recursos das operadoras (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE PLANOS DE SAÚDE, 2020). Essa medida não repercutiu em uma formulação e execução de respostas dessas empresas articuladas para o enfrentamento da COVID-19.

Nesta perspectiva, para priorizarmos a discussão da vida humana, torna-se importante refletirmos acerca da totalidade da raiz dos problemas que estamos experimentando, e isso nos obriga à crítica radical do capitalismo contemporâneo. Devemos priorizar que o ajuste deve ser direcionado ao capital e que ele pague pelos estragos realizados pela COVID-19. Como Wallace (2020a) nos ensina, o agronegócio, como modo de reprodução social, deve terminar para sempre, mesmo que apenas por uma questão de saúde pública. A produção de alimentos altamente capitalizada depende de práticas que colocam em risco toda a humanidade, nesse caso, ajudando a desencadear uma nova pandemia mortal. Ainda, acrescenta o autor, deveríamos exigir que os sistemas agroalimentares fossem socializados de

⁵ Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, Brasil (Faesc), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Associação dos produtores de soja e milho do Estado de Mato Grosso) e Abrafrigo (Associação Brasileira de Frigoríficos (Aprosoja-MT).

⁶ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Sindicato Nacional de Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), Associação Paulista de Supermercados (APAS), Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (Famasul) e Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg).

modo a evitar que patógenos perigosos emergissem. Dessa forma, seria importante, também, exigir a reintegração da produção de alimentos às necessidades das comunidades rurais e a realização de práticas agroecológicas que protejam o meio ambiente e os agricultores à medida que cultivam nossos alimentos (WALLACE, 2020a).

À guisa de conclusão

É possível constatar o descaso do governo Bolsonaro com a saúde pública em tempos de pandemia do coronavírus. Além do subfinanciamento histórico e do desfinanciamento do SUS, que vem sendo provocado pela EC-95, é significativo o descompromisso do governo com a alocação de recursos orçamentários. E, ainda, não se presencia a atuação do governo com a proposição de medidas de refinanciamento do SUS.

O governo Bolsonaro, em plena crise da pandemia, prioriza o lucro e a contribuição aos Planos e Seguros privados de Saúde, e não as vidas dos trabalhadores brasileiros. Além disso, é importante mencionar que nenhuma das medidas adotadas por esse governo evitará a queda da economia que a pandemia irá provocar, e elas ainda são insuficientes para restaurar o crescimento e o emprego no nosso capitalismo dependente para 2021.

Contudo, sabemos que a pandemia vai passar, e o Brasil que irá emergir desse cenário será um país capitalista em crise profunda, com uma ordem burguesa em intensa disputa pelo aparelho do Estado e na condução dos rumos do próximo padrão de acumulação capitalista. Será uma nação com o aprofundamento dos problemas sociais, com a persistência dos conflitos internos e lastimavelmente fraturada.

Se, porventura, a resistência dos trabalhadores se articular para a defesa da saúde pública e das vidas, no intuito de barrar a forma destrutiva de produzir e de fazer a gestão do capitalismo pelo agronegócio financeirizado, especialmente sob a regência do governo neofascista de Bolsonaro, pode ser que alguns ganhos sejam alcançados: a constatação de que a ciência é importante, a necessidade de defesa da educação pública como essencial; a compreensão de que a alimentação e a saúde não são mercadorias e que o SUS deve ser respeitado e fortalecido.

Pode ser que, sob essa organização de resistência, ainda seja possível fazer com que os trabalhadores atentem a coisas óbvias, mas despercebidas, como: o modo como se produz a comida consumida e a qualidade da água são essenciais para a vida humana, não só para se lavar as mãos. Que sem uma produção agroalimentar sustentável e saneamento básico com boa infraestrutura, comer bem e manter a higiene não é possível. Pode ser, ainda, que essa crise, se devidamente politizada, ajude a ratificar que quem produz riqueza são os trabalhadores, e não os *superávits* primários e o parasitismo do capital fictício.

O Brasil e o mundo que virão pós-pandemia serão, portanto, os mesmos pandemônios que deixamos lá atrás quando tudo isso começou: um país e um mundo que precisam de transformações radicais que rompam com todos os projetos de destruição e dominação da classe trabalhadora, bem como da aniquilação das suas condições de vida.

Referências

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento Federal Executado (Pago) em 2019**. Brasília (DF), [2020]. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Orc%CC%A7amento-2019-versao-final.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2020.

BAPTISTA, Tatiana Vargas Farias et al. As emendas parlamentares no orçamento federal da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, p. 2267-2279, 2012.

BOLETIM – DEPE. GRUPO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA ECONÔMICA. **Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política Departamento de Economia – PUCSP**, ano V, número 25, dez. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/category/News---Media-Website/Grupo-de-Pesquisa-sobre-Desenvolvimento-Econ%C3%B4mico-e-Pol%C3%ADtica-Econ%C3%B4mica-115969050097408/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

BARUTTI, Soledad. **Mal comidos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta, 2013. EBook.

BEHRING, Elaine R; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. *In*: SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo**: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. **Socialist Register**, Winnipeg, v. 55, p. 312-320, 2019.

CARNUT, Leonardo. Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. **Semina. Ciências Sociais e Humanas (Online)**, Londrina, v. 41, n. 1, p. 81-108, 2020.

CALLINICOS, A. **Deciphering capital**: Marx's capital and its destiny. London: Bookmarks, 2014.

CHESNAIS François. **Finance capital today**. London: Historical Materialism Series, 2016.

CHOONARA, Josef. Socialism in a time of pandemics. **International Socialism**, London, v. 166, n. 22, p. 1-51, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Comissão de Orçamento e Finanças**. Boletim Cofin. 2020/12/21. (dados até 20.12). Elaboração de Francisco R. Funcia, Rodrigo Benevides; Carlos Ocké-Reis. Brasília (DF): Conselho Nacional de Saúde, 2020. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/cofin/boletim/Boletim_2020_1221_Tabi-4_Grafi_ate_20_RB-FF-CO_OK-DIVULGAR_x.pdf. Acesso em: 1º jun. 2020.

DECLARACIÓN FINAL DEL FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria.** Havana, 2001. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/doc-792_es.pdf. Acesso: 10. jun. 2020.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 41-61.

FUNCIA, Francisco. Coronavírus e o desfinanciamento do SUS: revogar EC-95/2016 já!. **Revista Domingueira**, Campinas, n. 12, mar. 2020. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-12-marco-2020>. Acesso em: 1º jun. 2020.

FUNCIA, Francisco. Crônica de quatro mil mortes diárias anunciadas (com tendência de alta): a contribuição para essa tragédia do (des)financiamento federal do SUS durante um ano de COVID-19. **Revista Domingueira**, Campinas, n. 10, abr. 2021. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-10-abril-2021>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE PLANOS DE SAÚDE. **As empresas de Planos de Saúde no contexto da pandemia do coronavírus: entre a omissão e o oportunismo.** São Paulo: GEPS, 2020. (Nota Técnica de 1 de abril de 2020). Disponível em: <https://sites.usp.br/geps/planos-de-saude-na-pandemia-do-coronavirus-entre-a-omissao-e-o-oportunismo/>. Acesso em: 01 junho. 2020.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa – focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3369-3394, 2019.

HADDAD, Lawrence *et al.* A new global research agenda for food. **Nature**, London, v. 540, p. 30-32, 2016.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE. **Global Nutrition Report 2016: From Promise to Impact: Ending Malnutrition by 2030.** Washington (DC): IFPRI; 2016. Disponível em : <https://www.ifpri.org/publication/global-nutrition-report-2016-promise-impact-ending-malnutrition-2030>. Acesso em: 1º jun. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Real GDP growth. **IMF Datamapper**. 2020. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 1º jun. 2020.

JUNQUEIRA, Virgínia; MENDES Áquilas. “The Brazilian Public Health in Contemporary Capitalism”. **International Journal of Health Services**, USA, v. 48, n. 4, p. 760-775, 2018.

LOBSTEIN, Tim *et al.* “Child and adolescent obesity: part of a bigger picture”. **The Lancet**, London, v. 385, n. 20, p. 2510-2520, 2015.

LUCCHESI, Geraldo. A internacionalização da regulamentação sanitária. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 537-555, 2003.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de, MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016.

MARQUETTI, Adalmir Antonio; HOFF, Cecília Rutkoski; MIEBACH, Alessandro Donadio. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. *In*: Encontro Nacional de Economia Política, 22., 2017. Campinas, SP. **Anais [...]** Campinas: Unicamp, 2017. p. 1-25.

MARX, Karl. **O Capital**: contribuição à crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **SER Social**, Brasília (DF), v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020.

MENEZES, Francisco. Food sovereignty: a vital requirement for food security in the context of globalization. **Development**, Suíça, v. 44, p. 29-33, 2011.

MONTEIRO, Carlos A.; CANNON, Geoffrey. "The impact of transnational "Big Food" Companies on the South: a view from Brazil". **PLOS Medicine**, USA, v. 9, n. 7, p. 1-5, 2012.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa. **O Capitalismo em crise**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NUNNERY Daniele L.; DHAROD, Jigna M. "Potential determinants of food security among refugees in the U.S.: an examination of pre- and post-resettlement factors". **Food Security**, Suíça, v. 9, n. 1, p. 163-179, 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Real GDP forecast**. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <https://data.oecd.org/gdp/real-gdp-forecast.htm#indicator-chart>. Acesso em: 1º jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard**. Data last updated: 2021/6/28. Washington (DC), 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/table>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ROBERTS, Michael. Lives or livelihoods? **Michael Roberts Blog**, [S. l.], [2020a]. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/04/06/lives-or-livelihoods/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

ROBERTS, Michael. A war economy? **Michael Roberts Blog**, [S. l.], [2020b]. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/03/30/a-war-economy/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

ROBERTS, Michael. **The long depression: how it happened, why it happened, and what happens next**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013.

SHAH Anwar. “Governando para obter resultados en un mundo globalizado y localizado”. **Revista do Serviço Público**, Brasília (DF), v. 52, n. 4, p. 5-56, 2001.

VALLE, André Flores Penha; DEL PASSO, Octávio Fonseca. As frações burguesas na crise do COVID-19: apontamentos preliminares. **Esquerda Online**, [S.l.], 15 abr. 2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/04/15/fracoes-burguesas-crise-COVID-19-coronavirus-fiesp-empresarios-skaf-havan-unicamp/?fbclid=IwARoxycRAclUdgiNWHBEu2Ri_3MZMNQHCGvw3SGDvk793A8YwKjok71-vqX8. Acesso em: 1º jun. 2020.

WALLACE, Rob. **Coronavirus: Agribusiness would Risk Millions of Deaths, interview**, **Marx21**. <https://www.marx21.de/coronavirus-agribusiness-would-risk-millions-of-deaths/>. Acesso em: 1º jun. 2020a.

WALLACE, Rob. Agronegócio, poder e doenças infecciosas. In: _____. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020b. p. 527-547.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **2018 Annual review of diseases prioritized under the Research and Development Blueprint**. Geneva, Switzerland. 6-7 Feb. 2018. Disponível em: <http://origin.who.int/emergencies/diseases/2018prioritization-report.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2020a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **A world at risk: annual report on global preparedness for health emergencies**. Washington (DC), Sep. 2019. Disponível em: https://apps.who.int/gpmb/assets/annual_report/GPMB_annualreport_2019.pdf. Acesso em: 1º jun. 2020b.

Leonardo Carnut Trabalhou na concepção, interpretação dos dados; análise e redação do artigo e revisão crítica; aprovação da versão a ser publicada.

Possui pós-doutorado em Saúde Pública (Ciências Sociais e Humanas em Saúde) pela Universidade de São Paulo (USP) em associação com a Universidad Nacional de La Plata (UNLP) e concluiu o doutorado em Saúde Pública (Política, Gestão e Saúde) pela mesma instituição em 2015. É Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e é vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências da Saúde (PPGECS).

Áquiles Mendes Trabalhou na concepção, interpretação dos dados; análise e redação do artigo e revisão crítica; aprovação da versão a ser publicada.

Possui doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - (2005), livre-docência pela USP (2012) e pós-graduação em Política e Relações Internacionais pela Lancaster University da Inglaterra (1984). Atualmente é professor livre-docente de economia política da saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP e de seu programa de pós-graduação em Saúde Pública, professor doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Lucia Dias da Silva Guerra Trabalhou na concepção, interpretação dos dados; análise e redação do artigo; aprovação da versão a ser publicada.

Pós Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP-USP/2019). Doutora em Ciências pelo Programa de Nutrição em Saúde Pública (FSP- USP/2017). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (ISC-UFMT/2011). Nutricionista pela Faculdade de Nutrição da UFMT (FANUT-UFMT/2009). Docente no Curso de Graduação em Nutrição do Centro Universitário Anhanguera (campus Santana, São Paulo-SP/2018).
